



A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE DURANTE A PANDEMIAS DO COVID-19 COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO EDUCANDO

Autora: Fernanda Silva Araujo

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba, UEPB

fer.araujo95@gmail.com

RESUMO

As instituições de educação infantil, durante um longo período histórico, tinham o intuito apenas de cuidar das crianças, mas com o advento de algumas legislações e documentos, isso mudou e hoje a educação integral da criança é assegurada. Atualmente temos a educação infantil como a primeira etapa do ensino básico, divide-se em creche e pré-escola e compreende alunos entre os 0 (zero) e 5 (cinco) anos de idade. Essa etapa da educação básica costuma ser o primeiro contato da criança com um mundo extra familiar, tornando-se, deste modo, um período que exige muito cuidado e dedicação. É um momento de adaptação ao mundo escolar e o começo de um novo processo de autonomia da criança. E com a pandemia de Covid-19, neste ano de 2020, essa realidade ganha um novo empasse, que é lidar com a educação infantil longe da sala de aula, buscando assim, promover a educação integral e autonomia da criança dentro de sua realidade familiar.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação básica; Pandemia.

INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma etapa do ensino muito importante, ela compreende as crianças dos 0 (zero) aos 5 (cinco) anos de idade e está dividida em creche e pré-escola. Na atualidade a educação infantil faz parte da educação básica e é obrigatório o ensino às crianças a partir dos quatro anos de idade, mas nem sempre foi assim. O percurso para anexar a educação infantil como uma etapa da educação básica foi longa e vagarosa.

Kuhlmann Jr. (2000 e 2011) e Oliveira (2002), retratam um pouco dessa trajetória percorrida pela educação infantil. No início, a partir do século XIX, as primeiras iniciativas de atendimento a estas crianças surgem no Brasil, com o intuito de acolher e cuidar, tendo um



caráter meramente assistencialista. Deste modo, as crianças pequenas recebiam apenas os cuidados necessários para sua integridade física, não havendo perspectivas pedagógicas.

Foi apenas no século XX, que a educação infantil obteve caráter pedagógico e muitas coisas contribuíram para o surgimento de mais instituições de ensino dedicadas às crianças bem pequenas, como a revolução indústria, por exemplo. O Manifesto dos Pioneiros pela Educação teve grande influência para que a educação infantil fosse integrada como a primeira etapa da educação básica.

E ainda no século XX, as legislações asseguraram a educação como direito de todos os cidadãos e dever do Estado, inclusive a educação infantil, sendo as principais: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 8069/1990). Além de outros documentos que foram surgindo no decorrer dos anos seguintes.

A educação infantil é primeiro contato da criança com a escola. Com a busca da promoção da autonomia da criança, assim como objetiva o desenvolvimento integral do aluno, dialogamos com Paulo Freire (1996). Levamos também em consideração o cuidar que não pode ser desassociado do educar, afinal as crianças pequenas necessitam de cuidado e mediação ao desempenhar as atividades do cotidiano.

Depois de muitas conquistas e avanços a educação se depara com um novo e grande desafio, a pandemia da Covid-19. Todas as etapas de ensino estão sofrendo com a interrupção das aulas presenciais e tentando adaptar-se às aulas remotas. Aqui trataremos, em especial da educação infantil, evidenciando como o uso da ludicidade pode ajudar a contornar esse momento de dificuldades diante do discurso de Hors (2004) e Almeida (2008).

O processo de criação da educação infantil como etapa da educação básica

A educação infantil nem sempre foi considerada uma etapa fundamental da educação básica no nosso país. As primeiras instituições que recebiam as crianças bem pequenas não possuíam características pedagógicas, mas tinham como foco o cuidar das crianças, para que as mães pudessem trabalhar, sendo serviço de mero assistencialismo.

Essas primeiras instituições começam a surgir no século XIX. Neste período, as crianças - por inúmeros motivos - eram abandonados por sua família na chamada roda dos



expostos. Deste modo, elas foram caracterizadas como as primeiras instituições para crianças pequenas no Brasil e surgiram com um caráter assistencialista. O acolhimento não apresentava um caráter pedagógico, apenas o de amparar essas crianças.

Até então, apenas crianças pequenas sem família eram atendidas em instituições. As Casas de Expostos recebiam os bebês abandonados nas “rodas” – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos. (KUHLMANN JR, 2011, p. 473)

Outro período que marcou a história da educação infantil foi a eclosão da revolução industrial. Essa revolução teve como um de seus produtos a criação de creches. Diante do crescimento da urbanização, o ingresso no mercado de trabalho se fez necessário para as mulheres, em decorrência disso, as indústrias começaram a criar as primeiras creches para acolher os filhos de seus funcionários, porém ainda com o aspecto de assistencialismo.

Segundo Kuhlmann Jr. “A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social.” (2000, p.8). Em concordância com a fala do autor, enxergamos que a educação amedronta aqueles que estão no poder e necessitam manter a classe trabalhadora obedecendo aos seus comandos e isso se refletia, também, no cuidado com as crianças pequenas.

O caminho percorrido para a efetivação da educação infantil como um direito resguardado foi repleto de discussões, lutas e reivindicações. Mesmo vagarosamente, as conquistas por esse objetivo foi avançando. No início do século XX, logo nas primeiras décadas, o Manifesto dos pioneiros pela Educação trouxe inúmeras ideias para a educação, inclusive para a educação infantil.

[...] o projeto social de construção de uma nação moderna, parte do ideário liberal presente no final do século XIX, reunia condições para que fossem assimilados, pelas elites do país, os preceitos educacionais do Movimento das Escolas Novas, elaborados no centro das transformações sociais ocorridas na Europa e trazidos ao Brasil pela influência americana e europeia. O jardim-de-infância, um desses “produtos” estrangeiros, foi recebido com entusiasmo por alguns setores sociais. (OLIVEIRA, 2002, p.92).

Com as ideias da Escola Nova se perpetuando e a mudança do cenário político e social do Brasil, foram surgindo legislações e documentos que asseguram a educação infantil como etapa primordial da educação básica. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e



Bases da Educação (LDB 9394/96) são as principais legislações que garantem a educação como um direito de todos e dever do estado, incluído a Educação Infantil.

Em seu texto, a Constituição Federal de 1988 ratifica em seu artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”. o artigo 208 em seu inciso IV, assegura à educação infantil que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;”.

Essas sem dúvidas são grandes conquistas para a educação infantil, e para complementar esses direitos já garantidos pela Constituição, a LDB 9394/96, no seu artigo 29 afirma: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”. Temos, então no final do século XX a educação infantil como peça fundamental da educação básica, que definitivamente rompe com as características unicamente assistencialista.

De acordo com Nunes (2011), citamos aqui alguns documentos que o Ministério da Educação – MEC – disponibilizou para auxiliar os professores e alunos no decorrer da primeira etapa da educação. Tais como o Plano Nacional de Educação – PNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.

o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil esse último enfatiza seu propósito “para servir de um guia de reflexões de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira” (vol. 1, p. 3) e está dividido em três volumes.

Não podemos deixar de citar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que garante legalmente os direitos e deveres das crianças, inclusive o direito a educação de qualidade. Por último citaremos um dos documentos mais recentes que é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a base orienta o currículo das etapas de toda educação básica.



Em síntese, a longa evolução da educação infantil promoveu grandes e valiosas conquistas para o desenvolvimento integral das crianças pequenas e seus direitos e deveres no que diz respeito a educação. No próximo tópico estaremos dialogando sobre o primeiro contato da criança com a escola e a promoção de sua autonomia na construção do conhecimento.

O primeiro contato com a escola, promovendo uma autonomia nas crianças

A educação infantil se tornou efetivamente a primeira etapa da educação básica, com isso, o primeiro contato da criança com um novo ambiente fora da esfera familiar será na escola. As crianças estarão se deparando com um mundo diferente do que estão acostumadas, são regras, horários, atividades, entre outras coisas novas em relação ao que estavam acostumadas.

Essa mudança deve gradual, não abrupta. O ambiente escolar não necessita ser totalmente oposto da dimensão familiar. É importante certificar que mesmo a educação infantil apresente a perspectiva pedagógica, ela não desassocia o ato de cuidar do educar. Sabemos que a criança, em especial a bem pequena, necessita de cuidado e atenção, além de apoio e orientação para realização das tarefas mais simples às mais complexas, assim a BNCC relata que:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

O elo família-escola é muito importante na educação para promover o desenvolvimento integral do educando. Valorizar e usar na sala de aula o contexto social e cultural que a criança vive é primordial para o seu desenvolvimento social, cognitivo, imaginário e motor. Além de ajudar esses alunos a compreender o mundo que o cerca, assim como estimular o questionamento e resolução de problemas diante das adversidades.

A criança chega na escola, mesmo que muito pequena, carregada de uma bagagem enriquecedora de vivências únicas que fazem parte da construção de sua aprendizagem. O



professor precisa estar preparado para acolher os alunos e sua bagagem e saber como lidar com os mundos que cada criança carrega consigo. A prática pedagógica do docente é primordial para promoção de uma experiência de múltiplas aprendizagens.

[...] coloca ao professor, ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996. p.15)

Diante disso o educador necessita, como afirma Freire em pedagogia da autonomia, ter rigorosidade metódica para que o educador e educando consigam construir juntos um conhecimento integral no qual ambos tenham um papel importante no processo estruturação da aprendizagem um do outro, vejamos:

o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. [...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 1996. p.13)

A inserção da criança na escola é importante, mas fazer que ela se torne a autora principal da construção do próprio conhecimento, desenvolvendo criticidade e autonomia é indispensável. O professor nesse processo precisa estar atento a sua didática para que nela, possam estar inclusos, o atendimento às necessidades das crianças e que são garantidas por documentos oficiais durante o processo pedagógico.

O ato de brincar não pode estar fora do cotidiano da criança, por isso deve estar atrelado as aulas planejadas pelo docente. Os jogos e as brincadeiras contribuem no desenvolvimento motor e cognitivo das crianças, ambos ajudam na construção da imaginação, na resolução de conflitos que surgem no ato de brincar e aceitar e respeitar as regras pré-estabelecidas, vejamos o que diz a BNCC

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Conforme a BNCC afirma, o ato de brincar também colabora para a interação social entre a criança com outros adultos, assim como a criança com adultos. Esses relacionamentos no cotidiano da criança são extremamente importantes. Queiroz (2020, p.25) cita Vygotsky e



Leontiev, no que diz respeito a influência das relações sociais para o desenvolvimento humano, pode ser compreendida como “Um processo contínuo de aquisições quantitativas e de transformações qualitativas que se dão no sujeito psicológico a, a partir de suas experiências no contexto das relações sociais”.

As relações afetivas corroboram para o estímulo à aprendizagem dos educandos, o educador tem papel fundamental ao mediar as interações na sala de aula. Com o relacionamento dos indivíduos da sala de aula e da escola, a aprendizagem acontece com mais naturalidade e os resultados de tais relações são fundamentais para as crianças entenderem o seu papel dentro da sociedade, assim como agir nas mais diversas situações que se depararem.

Com relação ao campo da educação escolar, a afetividade estimular a aprendizagem [...] uma prática pedagógica afetiva pode fazer uma grande diferença no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes, quando o professor assume uma postura de mediador, tornando-se uma pessoa significativa, apoiando, facilitando e desafiando os estudantes a construírem o conhecimento. (PIAGET, 1996 *apud* QUEIROZ, 2020. p.31)

Diante do que explanamos até aqui, conseguimos enxergar o quanto a educação infantil é uma etapa necessária para a educação. O primeiro contato do indivíduo com a escola, com as pessoas de um novo ciclo social, a imenso universo de descobertas, trocas e aprendizagens, tudo isso é uma rica construção de conhecimento e desenvolvimento integral da criança. portanto a escola tem um papel fundamental para as crianças pequenas.

A nova realidade da educação infantil com a pandemia da covid-19 e o papel da ludicidade nesse período

Em face do exposto, percebemos o quão é importante a educação infantil para o desenvolvimento da criança pequena. A escola representa um novo mundo de possibilidades e experiências para elas, novas relações interpessoais são vivenciadas, promovendo desafios diferentes do que elas vivem nas relações familiares.

O ambiente escolar é organizado de acordo com as necessidades da criança, levando em consideração a faixa-etária, o que será aprendido, os espaços de lazer, atividades e alimentação. A organização do espaço contribui para a aprendizagem e desenvolvimento do educando “o olhar de um educador atento e sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. O modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como as crianças e adultos interagem com eles são reveladores de uma concepção pedagógica”. (HORN, 2004, p.15)



Portanto o espaço físico bem organizado é essencial para o bom desempenho das atividades, segundo Horn,

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado. (2004, p. 28)

Levando em consideração essas afirmações, precisamos compreender como a nova realidade diante da pandemia da Covid-19 afeta a educação infantil. Neste ano de 2020, estamos passando por uma crise mundial de saúde pública. A chegada do novo vírus – covid-19, também chamado de novo coronavírus – está assustando toda população e afeta diretamente a educação. Um novo e grande desafio surge para as escolas, pais, alunos e professores.

Devido ao alto poder de contágio que esse vírus tem, o Ministério da Saúde adotou várias medidas de proteção seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS. Uma das mais importantes medidas adotadas foi o distanciamento social para evitar aglomerações e evidentemente a escola é um local que inevitavelmente gera aglomeração de dezenas de pessoas em um mesmo espaço.

Com essa medida as escolas tiveram que adiar as aulas presenciais com o intuito de proteger a saúde dos alunos, professores e todos os profissionais que colaboram com as instituições de ensino. Então a escola teve que se adequar a esse novo mundo, e como diz Paulo Freire “o mundo não é. O mundo está sendo” (1996. p.30), se o mundo em constante mudança, cabe as instituições e aos educadores se adequarem a essa nova realidade.

Para que as aulas não cessassem, as escolas adotam os meios tecnológicos para desenvolver as atividades educacionais e iniciou as aulas não presenciais. São inúmeras metodologias que estão sendo usadas para que isso ocorra, tais como aulas por vídeo chamadas, vídeos gravados e disponibilizados por redes sociais e aplicativos, atividades impressas entregues aos responsáveis dos educandos, entre outras.

Esse desafio parece ser ainda maior no que diz respeito a educação infantil, como sabemos, a mediação do professor e o ambiente da sala de aula são essenciais nessa etapa, de acordo com Carvalho: “ao estruturar e organizar continuamente sua sala, o educador favorece o envolvimento das crianças em brincadeiras entre elas, sem necessidade de interferência



direta; dessa forma ele fica mais disponível para aquelas crianças que procuram interagir com ele” (2003, p.154).

Com uma realidade nova, fora das paredes da sala de aula e com a distância física entre educandos e educadores, o desafio de mediar as atividades que são fundamentais fica mais difícil. Os alunos estão em suas casas, seus ciclos familiares, com uma rotina totalmente diferente da escola e com um ambiente que muitas vezes pode não oferecer as demandas da educação infantil.

O professor precisa oferecer atividades que eles consigam mediar à distância e contar com a ajuda de pais e responsáveis para contribuir na realização. Para esse fim, a ludicidade que já é presente na sala de aula, se faz indispensável para as aulas remotas. Vejamos o discurso de Almeida em relação ao brincar:

A resignificação do brincar nas instituições de Educação Infantil, sobretudo por parte dos professores, requer estudo e compreensão de que sua intervenção na brincadeira é necessária. Essa intervenção tem de ser pautada na observação das brincadeiras infantis, visando oferecer material adequado e espaço que permita o enriquecimento das competências imaginativas. O brincar deve ser planejado concomitantemente com as outras áreas, pela articulação de temas e projetos que permitam registrar toda a evolução das brincadeiras, bem como aspectos relevantes de linguagem, socialização, atenção e envolvimento pessoal que dão pistas com relação ao ambiente sociocultural no qual a criança está inserida (ALMEIDA, 2008, p. 4).

Ao fazer essa reflexão, o professor necessita compreender a realidade dos seus alunos e buscar colocar em pauta brincadeiras que possam ser realizadas no ambiente familiar que possa promover o desenvolvimento integral da criança e suprir as demandas do currículo. Os jogos e brincadeiras são meios lúdicos extremamente eficazes e precisam ser bem orientados para que haja uma aprendizagem significativa.

Essa ludicidade é uma alternativa interessante e que pode trazer bons resultados para esse momento difícil que a educação está passando. Sendo necessário muito cuidado na elaboração das propostas de atividades. E sempre lembrar que “o jogo não pode ser visto, apenas, como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral” (DIAS, 2000, p. 95).

E nunca esquecer que, na execução dos jogos e brincadeiras, os adultos devem ser apenas mediadores, e colocar o educando como o ser principal do processo, como Freire defende. Pois a educação deve sempre promover a autonomia do aluno, tornando-o ser ativo no seu desenvolvimento integral.



Mesmo a pandemia da Covid-19 trazendo tantas dificuldades e mudanças para o mundo inteiro, assim como para a educação, ainda existem mecanismos que podem fazer a educação continuar seguindo seu curso. É fundamental adaptar-se as situações que surgem, buscando sempre promover uma educação com qualidade que busque ajudar na construção integral do aluno como ser ativo de seu próprio conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conseguimos enxergar como a educação infantil demorou para fazer parte da educação básica e possuir características que vão além do mero ato de cuidar das crianças de 0 a 5 anos. Entretanto essa etapa do ensino obteve muitas e importantes conquistas como as legislações que a asseguram, as características pedagógicas e inúmeros estudos para a melhoria da educação infantil.

Sabemos também que os desafios não acabaram, pelo contrário, surgem frequentemente conforme as mudanças ocorrem na sociedade, cultura, no ambiente, entre outros. E esse ano de 2020 trouxe um novo e difícil empecilho, que é a pandemia da Covid-19, na qual os professores, alunos e toda comunidade escolar tiveram que se adaptarem a este novo contexto.

O uso da ludicidade através de jogos e brincadeiras são fortes aliados para as novas metodologias que os professores estão adotando. Contribuem para a melhor execução das atividades que visam o desenvolvimento integral do educando. Ainda haverá muitas discussões acerca dessa problemática que é recente e deve ter um olhar de muito cuidado para manter o bem estar de toda comunidade escolar garantindo o direito das crianças à educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Ludicidade como instrumento pedagógico. Disponível em: <https://avisala.org.br/index.php/assunto/reflexoes-do-professor/o-brincar-e-o-professor-de-educacao-infantil/> . Acesso em: 28/08/2020 às 15:43h

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: cento gráfico, 1988.



_____. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**
LDB, Brasília: MEC, 1996.

_____. Secretária de Educação Básica. **Base Nacional Curricular Comum: educação é a**
base. Brasília: MEC; SEB, 2017.

CARVALHO, Maria Campos de. **Porque as crianças gostam de áreas fechadas? Espaços**
circunscritos reduzem as solicitações de atenção do adulto. In: FERREIRA, Maria Clotilde
Rosseti. **Os Fazeres na Educação Infantil.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. cap.47.

DIAS, M. C. M. **Metáfora e pensamento:** considerações sobre a importância do jogo na
aquisição do conhecimento e implicações para a educação pré-escolar. In: KISHIMOTO, T.
M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática docente. São Paulo:
Paz e Terra, 1996. Disponível em: [http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-
%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf) acesso em 28/09/2020 às 13:45h.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas.** A organização dos espaços
na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JR, Moysés. **Educando a Infância Brasileira.** In: LOPES, Eliane Marta
Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação**
no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2011. p. 469-496.

_____. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação.* Fundação
Carlos Chagas, São Paulo. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Moraes. **Os primeiros passos da história da educação infantil**
no Brasil. In **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, p.57-70, 2002.

QUEIROZ, Norma Lucia Neris de. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.**
Indaial: UNIASSELVI, 2020.